



# Assembleia de Freguesia

## da União das Freguesias de Barreiro e Lavradio

ATA

Data: 30/06/2021

Hora: 21h00

Local: Biblioteca Municipal do Barreiro, sita na rua da Bandeira, Barreiro

Realizou-se a Segunda Reunião Ordinária de 2021 da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Barreiro e Lavradio, com as presenças da lista anexa, que faz parte integrante da presente ata e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Intervenção do Público
2. Período de antes da Ordem do Dia
3. Período da Ordem do Dia:
  - 3.1. Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta sobre a atividade do Executivo;
  - 3.2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão e dos documentos de Prestação de Contas e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais relativos ao exercício de 2020;
  - 3.3. Plano Inicial de Prevenção dos Riscos de Gestão;
  - 3.4. Norma de Controlo Interno;
  - 3.5. Atualização sobre o processo de aquisição da nova viatura de trabalho para a União das Freguesias.

A Assembleia de Freguesia teve início pelas 21:00h, com a presença de Álvaro Manuel Robalo Branco, João Pedro Fernandes, Tiago Manuel Coluna, Ana Margarida Pessoa, Diogo Almeida e Ana Cristina Santos, do PS, Eduardo Lopes, Maria Fernanda Ventura, Jorge Santana e Margarida Graça da CDU e Paula Cristina Prudêncio Soares do BE com a ausência do eleito do PSD.

### **Ponto 1 – Intervenção do Público.**

Não existindo público nesta sessão, deu-se seguimento à Ordem de Trabalhos.

### **Ponto 2 – Período de antes da Ordem do Dia**

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Álvaro Branco, colocou à deliberação a aceitação para debate e votação, o documento apresentado à mesa pelos eleitos e identificado pela letra A, anexo a esta ata e dela fazendo parte:

A – Saudação (CDU) – Ao Barreiro

O documento foi aceite por unanimidade para debate. Após a sua leitura e debate a votação foi a seguinte:

A – Saudação – apresentada pela CDU, foi aprovada por unanimidade;



# Assembleia de Freguesia

## da União das Freguesias de Barreiro e Lavradio



### Ponto 3.1 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta sobre a atividade do Executivo

A Sra. Presidente, **Gabriela Soares**, tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e começou referindo que passou pouco tempo desde a última informação, contudo, salientou alguns pontos relevantes, nomeadamente no âmbito do apoio alimentar mencionando o contato por parte do Banco Alimentar com vista à celebração de um possível protocolo que permitirá alargar o número de famílias apoiadas, tendo sido realizada uma reunião no dia 28 de abril com a Coordenação do Banco Alimentar de Palmela. A antiga sede do Fidalbyke, junto ao parque dos Pardalitos será o local de armazenamento dos bens alimentares e neste momento está em fase de avaliação as famílias que será possível apoiar. No dia 14 de maio participou na cerimónia do anúncio oficial das candidaturas aprovadas à linha de financiamento “Bairros Saudáveis”, que está imbuído do espírito dos BIP/ZIP em Lisboa, sendo que das três candidaturas aprovadas no Barreiro duas são na União das Freguesias de Barreiro e Lavradio, a saber no Barreiro velho e no Bairro das Palmeiras. São candidaturas distintas sendo a União das Freguesias parceira em ambas, uma vez que este tipo de financiamento não era acessível a entidades públicas tendo a candidatura a esta linha de financiamento sido efetuada por IPSS ou similares. Atendendo às circunstâncias atuais e numa escala muito reduzida, participaram nas comemorações do 37º Aniversário da Elevação do Barreiro a Cidade com várias iniciativas levadas a cabo pela Câmara Municipal do Barreiro. Relativamente às obras que se encontram a decorrer na União das Freguesias deu conhecimento do término da obra de revitalização dos logradouros na rua Grão Vasco, por administração direta, aguardando-se a consolidação da calçada de modo a permitir o arranque das ervas daninhas que surgiram no decorrer da obra. Término do processo de aquisição da nova viatura de trabalho para a Junta de Freguesia, estando em fase de apetrechamento para se tornar uma viatura de trabalho, fazendo parte da Ordem de Trabalhos uma alteração no processo de aquisição. Término do processo de adjudicação da empreitada para a revitalização do terreno baldio na av. Mestre Manuel dos Santos Cabanas, na urbanização dos Fidalguinhos, que está prestes a iniciar. A primeira fase da obra decorreu com o apoio da Câmara Municipal do Barreiro, relativamente à preparação no terreno para que o empreiteiro possa iniciar a obra, que consiste na criação de um espaço verde grandemente ocupado pelo cultivo de espécies muito pouco exigente ao nível da rega, constando no projeto apenas uma linha diminuta de relva. Término do processo de adjudicação por empreitada do programa de pavimentações para a União das Freguesias, foi concluída a sua adjudicação estando a obra consignada. Finalização da obra do polidesportivo dos Fidalguinhos, estando na fase de ultimização da marcação do pavimento, sendo que a obra sofreu um significativo atraso por incumprimento do empreiteiro que deixou o pavimento francamente danificado, dando origem à abertura de um novo procedimento para a preparação do chão do polidesportivo para posterior pintura. Arranque da obra junto à Biblioteca Municipal, que não sendo uma obra muito grande, mas tendo em conta que confina com a zona de garagens do prédio junto ao terreno, houve um entendimento entre o condomínio do referido prédio e a Junta de Freguesia, ainda a revitalização de um pequeno espaço baldio e constituição de um pequeno jardim com suculentas e casca de pinheiro. Ao nível da intervenção social, foi dada continuidade à distribuição semanal dos cabazes alimentares, numa média de dez a doze cabazes por semana e o protocolo com o Banco alimentar que possibilitará o apoio mensal a cinquenta agregados familiares, estando em fase de preparação o espaço da primeira sede dos Fidalbyke, junto ao parque dos Pardalitos que não se encontra ocupado por nenhuma instituição, para a distribuição destes bens alimentares.

Antes de dar continuidade à Ordem de trabalhos, e tendo em conta que ainda não é conhecida a data das eleições autárquicas e deste modo não sabendo se voltará a dirigir-se a este quórum, a Sra. Presidente, **Gabriela Soares**, referiu que enquanto Presidente de Junta foi um gosto trabalhar com todos os presentes, dentro daquilo que, enquanto jovem na política entende que esta deva ser, com respeito, construtiva e no saber estar para o Barreiro. Congratulou todos os presentes uma vez que, em conjunto, sempre souberam



# Assembleia de Freguesia

## da União das Freguesias de Barreiro e Lavradio



conduzir os trabalhos e o Executivo sempre esteve disponível para debater aquilo em que divergiram, mas também para consensualizar quando estiveram de acordo. Orgulha-se do trabalho desenvolvido enquanto Presidente, em conjunto com restante Executivo e congratula todos os presentes pelo excelente trabalho desenvolvido nestes quase quatro anos de mandato.

### **Ponto 3.2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão e dos documentos de Prestação de Contas e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais relativos ao exercício de 2020**

Relativamente à receita, a Sra. Presidente, Gabriela Soares, informou que foi recebido 98% do orçamentado e em relação à despesa houve uma execução de 94%, sendo bastante positivo tendo em conta que se aproximou das previsões quer da receita quer da despesa. Comparativamente a outros anos, houve uma evolução positiva da receita acompanhada pelo aumento da despesa que se refletiu nos diversos investimentos efetuados na União das Freguesias de forma transversal e abrangendo quase todos os territórios da freguesia. Relativamente ao PPI o total de investimento em 2020 foi de mais cinquenta e cinco mil euros comparativamente a 2019 e tendo em linha de conta que foram anos bastante difíceis, nomeadamente o ano anterior pelas razões que todos conhecem. Em termos de ação social, foram recebidos apoios de várias origens, na ordem dos três mil euros para apoio das famílias carenciadas, tendo sido apoiadas mensalmente uma média de quarenta e seis famílias, tendo sido fornecidos no ano transato cerca de dois mil e quinhentos quilos de alimentos. Foram emitidos mil e quatrocentos atestados e outros documentos e cento e cinquenta e duas licenças canídeas. Não havendo intervenções, o documento foi colocado à votação, sendo **aprovado por unanimidade**.

### **Ponto 3.3 – Plano Inicial de Prevenção dos Riscos de Gestão**

A Sra. Presidente, Gabriela Soares, informou que este plano é uma exigência do Tribunal de Contas, que define as diretrizes que permitem evitar os erros de gestão, bem como, encontrar medidas para que os mesmos, a acontecer, possam ser corrigidos. Foi elaborado pelos serviços com base na legislação em vigor, é um documento de cariz obrigatório que deverá existir em qualquer autarquia. Tomou a palavra a Sra. Fernanda Ventura, da CDU, fazendo algumas considerações ponto a ponto acerca do documento, em relação ao atendimento o que está apresentado são efetivamente medidas preventivas para que os riscos identificados não voltem a ocorrer, já em relação aos recursos humanos, observa que relativamente à medida “nomeação de júris diferenciados para cada Procedimento Concursal - em alguns casos é contratada uma empresa externa para realizar o procedimento” sendo que este contrato estará provavelmente relacionado com alguma especificidade técnica do concurso em si, questiona por que razão uma empresa externa apresenta maior garantia dos riscos identificados do que um júri nomeado, sugerindo como medida proposta “a existência objetiva de critérios de seleção de candidatura, que permita que a fundamentação das decisões de contratar um ou outro candidato seja de fácil perceção e sindicável”, permitindo eliminar o risco de dúvida no favorecimento de algum candidato. Na atribuição de subsídios, nomeadamente “Existência de impedimentos com a participação de eleitos locais, funcionários ou familiares nos órgãos sociais das Associações” tendo em conta que a União de Freguesias tem um regulamento para o associativismo o risco referido no número sete “Associação sem personalidade jurídica”, nunca poderá existir, uma vez que este deverá estar previsto no regulamento e não estando deverá ser efetuado uma atualização. Relativamente ao património, “Todos os riscos identificados serão imputados à empresa de consultadoria financeira”, deste modo, questiona de que forma se poderão evitar os riscos identificados, aplicando-se o mesmo à contabilidade, na medida “A contabilidade assim como o inventário são atividades a cargo da empresa externa de contabilidade, contratada para



# Assembleia de Freguesia

9

## da União das Freguesias de Barreiro e Lavradio

auditar, revisar documentos para a prestação de contas, elaborar o orçamento, bem como os outros documentos contabilísticos e financeiros” propondo como medida confrontar a empresa com estas falhas e riscos identificados de modo a que sejam mínimos. No que diz respeito a contratações de bens e serviços, tendo em conta que todas as contratações serão realizadas com base no código de concursos públicos, e que atualmente se privilegia o arquivamento informático, foram avaliados os riscos de intrusões informáticas, contudo, questiona quais as medidas adotadas com vista a que esses ataques causem o menor dano possível ao arquivo que deixou de ser físico. Por fim uma sugestão de correção de redação relativamente ao último paragrafo do documento.

Relativamente às questões apresentadas, a **Sra. Presidente, Gabriela Soares**, esclareceu que de uma forma transversal, quando são imputadas responsabilidades às empresas externas tem a ver com o facto de serem empresas que podem auditar os serviços utilizados no decurso do trabalho. Relativamente à questão do associativismo, referiu não ter percebido dúvida da Sra. deputada, contudo, apesar da existência do regulamento de apoio ao Movimento Associativismo, esta será uma norma suplementar que ultrapassa o exigido no regulamento de modo a garantir a quase totalidade ao nível da transparência nos apoios disponibilizados ao associativismo e talvez também seja transversal ao anteriormente referido. Ao nível dos recursos humanos e acerca de uma maior imparcialidade por parte de uma empresa externa, esta justifica-se uma vez que a maior parte dos recursos humanos provêm da área operacional, existindo uma certa rotatividade nas pessoas tornando-se caras familiares. Habitualmente os elementos do júri destes concursos são os encarregados de serviço e as funcionárias dos recursos humanos, logo de forma a prevenir, mesmo perante os outros candidatos, a presunção de um possível favorecimento a contratação de uma empresa externa confere uma maior imparcialidade e ainda a existência de alguns procedimentos no processo de recrutamento, que são obrigatórios, e que a Junta não tem competência para os conduzir, tendo como exemplo os testes psicotécnicos e as provas ao nível da saúde, que tem que ser solicitados externamente. Da mesma forma, relativamente ao inventário, existe uma empresa responsável pela sua elaboração, utilizando um software específico para a condução desse inventário, relacionado com a etiquetagem e posterior registo da existência dos bens no sistema da Junta de Freguesia. No início do mandato este trabalho teve que ser efetuado de raiz, tendo em conta que não existia nenhum inventário. Quanto à contabilidade, apesar da funcionária que trabalha diariamente nesta área ser formada na matéria, devido a todas as exigências normativas, existe uma prestação de serviços, com uma empresa externa, que verifica eventuais falhas por forma a garantir, através de dois crivos técnicos, a fiabilidade das contas da Junta de Freguesia. Em relação à contratação, esta tem que ficar registada em plataformas específicas quer em termos de candidatura quer de modo a permitir aos concorrentes o acompanhamento do processo de contratação. Também neste caso existe uma prestação de serviços com uma empresa específica na área da informática, de modo a evitar ao máximo que se repitam os danos causados por possíveis ataques informáticos, à semelhança do que já aconteceu com perda de cinco meses de trabalho, que teve que ser repostos. Foi efetuado um upgrade ao sistema de segurança, instalando um conjunto de “trancas informáticas” de modo a garantir uma maior segurança.

Usou a palavra o **Sr. Tesoureiro, Sérgio Antunes**, esclarecendo que após os vários ataques informáticos, houve necessidade, após consulta a uma empresa especializada na área da informática, de efetuar um apanhado das fragilidades constatando que o equipamento era bastante obsoleto, quer a nível dos routers, das firewall's e das UPS que por vezes se desligavam, exigindo uma reconversão do hardware antigo para hardware novo. Também foi negociado, com a empresa de telecomunicações, um IP fixo que veio garantir que as nossas firewall's conseguem ter mais controlo



# Assembleia de Freguesia

## da União das Freguesias de Barreiro e Lavradio

por parte do informático, procedeu-se à atualização do antivírus e do software e um upgrade para o Office 365, foram efetuadas melhorias ao nível dos emails e ainda através da empresa Fresoft, os backups passaram a ser efetuados em espelho, o que significa que em caso de ataque o backup está a ser efetuado noutra localidade. No fundo foi efetuado um upgrade digital e a nível do hardware que dá as garantias possíveis que não existiram novos ataques informáticos e que a segurança dos dados está salvaguardada.

Tomou a palavra a **Sra. Fernanda Ventura, da CDU**, esclarecendo que uma vez que existe um regulamento, no qual deverá constar que qualquer associação deverá ter personalidade jurídica, de modo a poder solicitar um documento de não dívida às finanças, não compreende como é que este risco foi identificado.

O **Sr. Presidente da Assembleia, Álvaro Branco**, interveio referindo que no seu entendimento o que se pretende é reforçar a verificação da existência dessa personalidade jurídica, uma vez que existem muitas entidades que não tem a situação jurídica resolvida e pretendem ainda assim obter apoios.

A **Sra. Presidente, Gabriela Soares**, referiu que apesar de poder parecer uma redundância, trata-se de um reforço dessa necessidade num documento como este, tendo em conta que algumas associações locais ainda não tem o processo concluído na sua constituição, sendo que 99,9% dos apoios são efetuados por transferência bancária, de modo a garantir a maior transparência nos apoios disponibilizados, que devem ser públicos e publicitados e futuros executivos devem ter a bitola anterior para continuarem ou não os montantes apoiados. Apesar de por vezes esses apoios serem em géneros, na sua maioria para melhoria das instalações, em tintas, na disponibilização de alguma ferramenta de trabalho ou no transporte de materiais, contudo a maioria dos apoios diretos são por transferência bancária, tendo já acontecido com duas ou três associações a necessidade de insistir na apresentação dos documentos que verificam a sua constituição formal e a existência de uma conta bancária para que o apoio fosse efetuado. Deste modo, esta alínea trata-se de um reforço nos princípios de gestão pelos quais se devem pautar.

Interveio o **Sr. Eduardo Lopes, da CDU**, ainda na sequência dos ataques informáticos, sugerindo a inclusão na lista "os riscos de intrusão e de corrupção de dados derivados de ataques informáticos", neste caso o risco não seria pouco ou nenhum, uma vez que já ocorreu por duas vezes. Propondo a inclusão de uma medida que vise a atualização das medidas de segurança e a sensibilização do pessoal que trabalha nestas áreas de modo a evitar os ataques informáticos.

O **Sr. Tesoureiro, Sérgio Antunes**, esclareceu que após a formação dada pela empresa de informática, foram identificados alguns comportamentos de trabalho incorretos, após essa formação esses problemas ficaram colmatados, a empresa vai fazendo formações informais regularmente sobre os vários procedimentos e comportamentos a tomar de modo a manter a máxima segurança possível.

Usou a palavra o **Sr. Eduardo Lopes, da CDU**, esclarecendo que a sugestão é no sentido de acrescentar ao documento este risco e a respetiva medida para o colmatar, uma vez que apesar de no presente estar tudo atualizado, como se prevê que o documento seja duradouro este é um risco no futuro. Também relativamente a outros pontos poderia ser feito mais na prevenção de alguns riscos, no entanto este é um documento que poderá sempre ser discutido e melhorado.

O **Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Álvaro Branco**, interveio concordando com a proposta de inclusão deste risco, uma vez que se trata de um risco decorrente da nova realidade, em que se vive on-line e onde muitas vezes as más práticas, muitas delas por desconhecimento, provocam enormes prejuízos e dificuldades às instituições. Não havendo mais intervenções o documento foi colocado à votação, sendo **aprovado por unanimidade**.



# Assembleia de Freguesia

## da União das Freguesias de Barreiro e Lavradio

### Ponto 3.4 – Norma de Controlo Interno

A Sra. Presidente, Gabriela Soares, referiu que é um documento interno, também uma exigência do Tribunal de Contas, que permite definir como funcionam três áreas fundamentais da Junta de Freguesia, o atendimento, a contabilidade e os recursos humanos, onde são definidos os procedimentos de cada uma destas áreas de trabalho, devendo estar disponível até para que executivos subsequentes possam adaptar ou efetuar correções a esta norma, dentro da legislação em vigor. Não havendo intervenções, o documento foi colocado à votação sendo **aprovado por unanimidade**.

### Ponto 3.5 – Atualização sobre o processo de aquisição da nova viatura de trabalho para a União das Freguesias

Relativamente a este ponto, a Sra. Presidente, Gabriela Soares, informou que a aquisição da nova viatura de trabalho, por leasing, já tinha sido aprovada nesta sede, contudo, após a avaliação da liquidez mais a fino, pretende-se efetuar a liquidação total da viatura, não honorando em prestações a Junta de Freguesia. Pelo que se propõe a alteração de aquisição no procedimento, tendo a viatura um valor líquido de 25.102,61€, não comprometendo nenhum pagamento a fornecedores nem os vencimentos dos trabalhadores da Junta de Freguesia.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Álvaro Branco, clarificou que neste caso o objetivo deste documento é a revogação da autorização anterior para liquidação através de um empréstimo, acarretando encargos para a autarquia, substituindo-o por um pagamento integral a pronto, diminuindo o encargo, sem prejuízo de todos os outros compromissos da Junta. Não havendo intervenções, o documento foi colocado à votação sendo **aprovado por unanimidade**.


Em seguida procedeu-se à aprovação da ata em minuta relativamente aos pontos 3.2., 3.3., 3.4. e 3.5., sendo a mesma **aprovada por unanimidade**.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Álvaro Branco, interveio referindo que as eleições autárquicas possivelmente se realizarão no dia 26 de setembro, existindo dúvidas quanto à realização da assembleia de setembro, tendo em conta que os órgãos autárquicos se manterão em funções até à homologação dos resultados, o que provavelmente já ocorrerá em outubro. Contudo, na eventualidade de tal não acontecer, agradeceu pelo percurso efetuado, grande parte dele com algumas dificuldades decorrentes da situação pandémica atual, no entanto sempre de forma elevada e positiva, com as diferenças saltares uma vez que é na diferença que se evolui. Não havendo mais nada a acrescentar, deu por encerrada a sessão às 22h30m. Desta sessão exarou-se a presente ata, que será assinada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e por mim que a secretariei.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia

  
\_\_\_\_\_  
(Álvaro Manuel Robalo Branco)

A Funcionária da União das Freguesias de Barreiro e Lavradio

  
\_\_\_\_\_  
(Paula Cristina dos Santos Soares)